



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

GEANE MARY DE SOUZA VERÍSSIMO

**ARQUIVOS PESSOAIS: PANORAMA DOS ESTUDOS PUBLICADOS NA BASE DE
DADOS PESQUISAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS**

João Pessoa-PB
2025

GEANE MARY DE SOUZA VERÍSSIMO

**ARQUIVOS PESSOAIS: PANORAMA DOS ESTUDOS PUBLICADOS NA BASE DE
DADOS PESQUISAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA da Universidade Federal da Paraíba - UFPB como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Cláudia Cruz
Córdula

João Pessoa - PB
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V517a Verissimo, Geane Mary de Souza.

Arquivos pessoais: panorama de estudos publicados na base de dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras. / Geane Mary de Souza Verissimo. - João Pessoa, 2025. 23 f. : il.

Orientação: Ana Cláudia Cruz Córdula.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Arquivologia. 2. Arquivos pessoais. 3. Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras. I. Córdula, Ana Cláudia Cruz. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 930.25



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

FOLHA Nº 10 / 2025 - CCSA - CARQ. (11.01.13.08)

Nº do Protocolo: 23074.044909/2025-12

João Pessoa-PB, 12 de Maio de 2025

FOLHA DE APROVAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

GEANE MARY DE SOUZA VERÍSSIMO

ARQUIVOS PESSOAIS:

panorama dos estudos publicados na Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras - PAB

Artigo apresentado ao Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Data de aprovação: 9 de maio de 2025

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA:

Assinam eletronicamente esse documento os membros da banca examinadora, a saber: Profa. Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula (orientadora), Prof. Dr. Rayan Aramis de Brito Feitoza e Me. Jefferson Higinio da Silva (membros).

(Assinado digitalmente em 21/05/2025 10:14)
ANA CLÁUDIA CRUZ CÓRDULA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1272602

(Assinado digitalmente em 12/05/2025 23:31)
JEFFERSON HIGINO DA SILVA
TECNICO EM ARQUIVO
Matrícula: 1154909

(Assinado digitalmente em 12/05/2025 17:29)
RAYAN ARAMIS DE BRITO FEITOZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 4753641

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **10**, ano: **2025**, documento(espécie): **FOLHA**, data de emissão: **12/05/2025** e o código de verificação: **472f5aefa0**

RESUMO

As discussões científicas brasileiras sobre arquivos pessoais tem crescido de forma expressiva nas últimas décadas, mas ainda carece de um retrato sistematizado que revele suas tendências, lacunas e desafios. Diante disso, o presente artigo se pergunta: como se configura o panorama dos arquivos pessoais no escopo da Arquivologia brasileira? Para responder a essa questão, esta pesquisa adota o objetivo de mapear os estudos e projetos acadêmicos indexados na Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB) entre 1989 e 2024. Empregou-se uma abordagem quantiqualitativa: a análise bibliométrica permitiu identificar volume, tipologias, autoria, instituições e distribuição regional dos setenta registros levantados; em seguida, a análise de conteúdo, identificou ocorrências em quinze categorias temáticas acerca dos arquivos pessoais. Os resultados apontam forte concentração de projetos de pesquisa e de extensão, principalmente em instituições do Sudeste, como UNIRIO e UFMG, e do Nordeste, com a UFPB. Predominam estudos que relacionam arquivos pessoais à memória e à identidade e pesquisas focadas em arquivos de homens, enquanto arquivos de mulheres, acervos nato-digitais e debates sobre políticas públicas aparecem de forma residual. Conclui-se que o campo ainda reflete hierarquias de gênero, desequilíbrios regionais e subexploração de desafios contemporâneos, como a preservação digital. Recomenda-se fomentar pesquisas interseccionais sobre acervos femininos, minorias e documentos digitais, elaborar diretrizes nacionais para tratamento e acesso que resguardem organicidade e diversidade documental, e fortalecer redes entre instituições de memória para ampliar a representatividade desses arquivos na memória coletiva brasileira.

Palavras-chave: Arquivologia; Arquivos Pessoais; Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras.

ABSTRACT

Brazilian scientific discussions on personal archives have grown significantly in recent decades but still lack a systematized overview that reveals their trends, gaps, and challenges. In this context, the present article asks: how is the landscape of personal archives configured within the scope of Brazilian Archival Science? To answer this question, the study aims to map academic studies and projects indexed in the Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB) between 1989 and 2024. A quantitative and qualitative approach was adopted: bibliometric analysis identified the volume, typologies, authorship, institutions, and regional distribution of the seventy records surveyed; subsequently, content analysis identified occurrences in fifteen thematic categories related to personal archives. The results show a strong concentration of research and extension projects, mainly in institutions in the Southeast—such as UNIRIO and UFMG—and in the Northeast, particularly UFPB. Studies linking personal archives to memory and identity predominate, as well as research focused on men’s archives, whereas women’s archives, born-digital collections, and debates on public policies appear only marginally. The study concludes that the field still reflects gender hierarchies, regional imbalances, and an underexploration of contemporary challenges such as digital preservation. It is recommended to encourage intersectional research on women’s collections, minorities, and digital documents; to develop national guidelines for treatment and access that preserve archival organicity and documentary diversity; and to strengthen networks among memory institutions to enhance the representativeness of these archives in Brazil’s collective memory.

Keywords: Archival Science; Personal Archives; Brazilian Archival Research Database.

1 INTRODUÇÃO

A temática dos arquivos pessoais configura-se como um campo de crescente relevância no âmbito da Arquivologia. Apesar de historicamente terem sido marginalizados no interior da teoria arquivística, esses arquivos vêm alcançando progressivo reconhecimento, especialmente em investigações interdisciplinares nas áreas da história, literatura, sociologia e antropologia. No campo arquivístico, Pereira (2017) recorre à metáfora do "filho bastardo" para ilustrar a forma como os arquivos pessoais foram, por longos períodos, negligenciados em relação aos arquivos institucionais, apresentando um desequilíbrio teórico que somente nas últimas décadas tem sido revisto.

Esses arquivos têm suas peculiaridades, que, na maioria das vezes, relacionam-se à variedade de gêneros, de espécies e de tipologias, os quais mantêm íntima relação com a trajetória de seus titulares (Camargo, 2009). No caso de um artista plástico, é comum a presença de obras de arte em múltiplos suportes, como esboços, pinturas, gravuras e objetos tridimensionais, compondo um acervo que reflete diretamente sua produção estética. Em contraste, o de uma bailarina pode apresentar menor incidência de obras materiais, sendo mais frequente a presença de registros visuais de espetáculos, memoriais de apresentações, fotografias, a efemeridade e a performatividade de sua atividade artística. Já no arquivo de um maestro, predominam partituras anotadas, registros audiovisuais de concertos, correspondências profissionais.

Os arquivos pessoais constituem conjuntos orgânicos valiosos para a pesquisa, ao refletirem o pensamento e as ações de seus produtores. Esses acervos expressam a trajetória de seus titulares e podem conter materiais diversos, como papéis, registros audiovisuais, iconográficos, entre outros (Bellotto, 2004). Quando relacionados a figuras públicas, como artistas, políticos, cientistas ou escritores, esses documentos despertam interesse acadêmico e cultural, pois contribuem para a compreensão de contextos históricos, sociais e culturais. Assim, esses arquivos expressam o pensamento e as ações de indivíduos cuja trajetória pode despertar interesse acadêmico ou cultural.

Observa-se um avanço nas discussões sobre arquivos pessoais no campo da Arquivologia. Acompanhar esses movimentos em diferentes contextos permite aprofundar a compreensão acerca de suas abordagens teóricas e práticas. Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão de pesquisa: como se configura o panorama dos arquivos pessoais no escopo da Arquivologia brasileira? Para responder a essa questão, esta pesquisa adota o objetivo de

mapear os estudos e projetos acadêmicos indexados na Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB).

O interesse da autora por arquivos pessoais teve início durante sua participação na disciplina Laboratório de Práticas Integradas IV, oferecida no semestre letivo 2024.1, no Arquivo Central (ACE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob orientação da Profa. Dra. Julianne Teixeira e Silva. No contexto das atividades práticas, teve a oportunidade de trabalhar com o Acervo Pessoal de Severino Dias de Oliveira, conhecido como Mestre Sivuca, doado à UFPB por sua viúva, Glorinha Gadelha. A experiência de contato direto com esse conjunto documental despertou o interesse pela temática, evidenciando a singularidade de cada item e sua relevância como fonte para a pesquisa e a preservação da memória.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, apresenta-se a introdução, seguida da descrição dos caminhos metodológicos adotados. Na sequência, desenvolve-se a seção de fundamentação teórica. Em seguida, expõe-se o panorama do levantamento realizado, com a apresentação e discussão dos dados organizados em gráficos, quadros e tabelas. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo se fundamenta, em um primeiro momento, na realização de uma pesquisa bibliográfica voltada ao aprofundamento teórico sobre os arquivos pessoais. Para isso, foram consultadas fontes como livros, artigos científicos, dissertações e teses. Conforme destacam Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já publicado, e Gil (2008) a define como aquela construída a partir de obras previamente elaboradas, especialmente livros e artigos científicos. Essa etapa permitiu estabelecer as bases conceituais e os marcos teóricos que sustentam a análise proposta.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa apresenta caráter **exploratório e descritivo**, com abordagem **quantiquantitativa**. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o tema e tornar mais explícitas suas características fundamentais (Gil, 2008). A pesquisa descritiva, por sua vez, tem como propósito observar, registrar, analisar e correlacionar fenômenos sem manipulá-los (Cervo; Bervian; Silva, 2007). Quanto à abordagem metodológica, esta articula elementos quantitativos e qualitativos: segundo Fonseca (2002), a abordagem quantitativa utiliza linguagem matemática para descrever relações entre variáveis,

enquanto Minayo (2001) ressalta que a abordagem qualitativa busca interpretar significados, crenças e valores, aprofundando o conhecimento sobre a realidade social.

Após a construção do referencial teórico, foi realizado o levantamento do corpus da pesquisa na **Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB)**. Criada em 2021 a partir da tese de doutorado da Profa. Dra. Maria Meriane Vieira Rocha (UFPB), a PAB tem como objetivo reunir, organizar e disseminar a produção acadêmica vinculada à Arquivologia no Brasil, incluindo projetos de pesquisa, extensão, monografias, dissertações e teses. A escolha da PAB como fonte de dados se justifica por sua proposta de promover visibilidade às pesquisas da área e pela vinculação direta com o curso de Arquivologia da UFPB. A base oferece ferramentas de busca por instituições, autores e palavras-chave, favorecendo o mapeamento temático da produção científica nacional.

Na base de dado, considerou-se os anos de 1989 a 2024. A partir da utilização dos termos de busca "Arquivo Pessoal" e "Arquivos Pessoais", foram identificados 70 Estudos e Projetos acadêmicos, os quais compuseram o corpus da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à análise desse material com base em diferentes aspectos: ano e local de publicação, autores, instituições de origem, objetos de estudo e palavras-chave. Esses elementos permitiram traçar um panorama e identificar padrões relevantes.

Para o tratamento dos dados, foram empregadas duas abordagens metodológicas complementares: a **análise bibliométrica** e a **análise de conteúdo**. A análise bibliométrica consiste em um método quantitativo amplamente utilizado para avaliar a produção científica de um campo. Segundo Donthu *et al.* (2021), essa técnica permite mensurar o impacto e a evolução de uma área de conhecimento com base em métricas como número de publicações, citações, autores, instituições, periódicos e palavras-chave. Em nosso estudo, ela foi fundamental para identificar os principais agentes acadêmicos envolvidos com a temática, mapear a evolução temporal das publicações e levantar os tópicos mais recorrentes na produção científica.

Complementarmente, aplicou-se a **análise de conteúdo** na perspectiva de Bardin (2011), que define essa técnica como um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição e interpretação de conteúdos comunicacionais. Essa abordagem qualitativa foi aplicada por meio da leitura de títulos, palavras-chave e, principalmente, dos resumos dos estudos. A partir dessa leitura interpretativa, foram construídas categorias temáticas que possibilitaram observar, tanto de forma qualitativa quanto quantitativa, as abordagens e relações desenvolvidas nos estudos sobre arquivos pessoais.

3 DISCUSSÕES ACERCA DOS ARQUIVOS PESSOAIS

Historicamente, os arquivos pessoais sempre estiveram presentes como expressão de práticas sociais e culturais. No entanto, por um longo período, foram marginalizados pelos discursos arquivísticos tradicionais, os quais privilegiavam os arquivos institucionais, sobretudo os de caráter público e administrativo. Essa perspectiva começou a ser revisada a partir do século XX, impulsionada pelo crescente interesse da historiografia pela história social, pela valorização da memória individual e pelo reconhecimento das fontes primárias alternativas, o que contribuiu para a legitimação dos documentos produzidos por indivíduos no campo arquivístico (Mattos; Mendes, 2021).

Antes de pensarmos teoricamente o conceito dos Arquivos Pessoais, vamos refletir sobre a diferença entre os Arquivos Públicos e Privados. De acordo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, elaborado pela Associação de Arquivistas de São Paulo,

Arquivo público: órgão ou setor responsável pela gestão de documentos originados das atividades executivas, legislativas e judiciárias do poder público — abrangendo os níveis federal, estadual e municipal —, assim como de entidades privadas que exercem funções públicas (Bellotto; Camargo, 1996, p. 8).

A distinção entre público e privado torna-se fundamental na Arquivologia, pois constitui uma base para o enquadramento dos diferentes tipos de arquivos. Essa separação permite situá-los legal e institucionalmente, delimitar responsabilidades arquivísticas. Os arquivos públicos seguem legislações específicas e diretrizes mais rígidas, por outro lado, os arquivos privados possuem maior flexibilidade. Frente a isso, os arquivos pessoais se inserem como uma categoria específica dentro dos arquivos privados. Embora todo arquivo pessoal seja privado, nem todo arquivo privado é pessoal, visto que arquivos de empresas, de associações e de entidades religiosas também são considerados privados.

Pode-se observar, a partir do estudo de Córdula et al. (2020), que a distinção entre o público e o privado no campo arquivístico é mais fluida do que tradicionalmente se considera. Embora a teoria arquivística tenda a classificar os arquivos conforme a natureza jurídica da entidade mantenedora, a análise de arquivos pessoais específicos revela nuances que atravessam essas fronteiras. Três casos exemplares localizados em João Pessoa (PB), segundo as autores, trazem essas dimensões, como o Arquivo Pessoal Afonso Pereira, o Arquivo José Simeão Leal e o Arquivo Maurílio de Almeida, demonstram como a dimensão pessoal pode

assumir diferentes graus de publicidade, conforme o contexto de custódia, acesso e finalidade social do acervo. Esses exemplos sugerem que os arquivos pessoais não se restringem ao espaço privado, podendo também ocupar funções relevantes na esfera pública.

A versão do Dicionário de Terminologia Arquivística de 2015 (p. 35) define os arquivos privados como “[...] entidade coletiva de entidade coletiva direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular”. Ou seja, trata-se de arquivos vinculados a entidades que abrange desde famílias até indivíduos.

Dessa forma, são produzidos ou acumulados por indivíduos ao longo de suas vidas, refletindo suas atividades pessoais, familiares, profissionais ou intelectuais. Isso vincula o arquivo à trajetória de uma pessoa natural, o que permite afirmar que cada indivíduo, em maior ou menor grau, é responsável pela constituição de seu próprio arquivo (Tessitore, 2017).

É importante destacar que os acervos documentais podem estar sob a custódia de instituições arquivísticas, sejam elas públicas ou privadas, ou ainda permanecer fora de qualquer guarda institucional formalizada, estando sob responsabilidade direta de indivíduos ou famílias. Córdula *et al.* (2020) observam que a teoria arquivística tradicional classifica os arquivos a partir da natureza jurídica da instituição responsável por sua manutenção, distinguindo-os entre arquivos públicos e arquivos privados. No caso dos arquivos privados, segundo as autoras, há duas subdivisões principais: os arquivos institucionais, vinculados a entidades privadas como empresas, associações ou fundações, e os arquivos pessoais, associados à trajetória de indivíduos.

A Lei nº 8.159/1991, conhecida como Lei de Arquivos, reconhece a existência de arquivos privados como parte integrante do patrimônio documental brasileiro. Essa legislação prevê que, diante da relevância histórica, cultural ou social de determinado acervo privado, o poder público pode intervir para sua salvaguarda. Essa possibilidade está delineada no Decreto nº 4.073/2002, que regulamenta a Lei em âmbito federal, estabelecendo os procedimentos para a identificação, recolhimento e eventual incorporação de arquivos privados de interesse público à guarda institucional. No plano estadual e municipal, os arquivos públicos também exercem papel ativo no reconhecimento e preservação desses acervos, podendo estabelecer políticas de cooperação, custódia assistida ou até aquisição de acervos.

Além dessas ações institucionais, é importante destacar a atuação de outras entidades não governamentais, associações e iniciativas comunitárias que contribuem para a preservação de arquivos privados. No contexto da cidade de João Pessoa, na Paraíba, por exemplo, Córdula e Silva (2023) identificaram a existência de 55 arquivos custodiados por diferentes instituições, demonstrando a diversidade de práticas e arranjos institucionais desses acervos.

Dessa forma, observa-se que a relação entre arquivos privados e instituições públicas responsáveis pela preservação da memória coletiva pode levar a um processo de ressignificação do acervo. Quando um arquivo de origem privada passa a ser acessado por meio de instituições arquivísticas, públicas ou reconhecidas socialmente, ocorre aquilo que Duarte e Farias (2005) denominam de "publicização" do arquivo. Ainda que sua natureza permaneça privada, a inserção em circuitos institucionais e sua abertura à consulta pública conferem-lhe uma nova dimensão. Os autores destacam que esse movimento frequentemente envolve tensões entre as esferas pública e privada, pois a disponibilização do acervo gera interferências mútuas na sua definição, uso e gestão, colocando em evidência ambiguidades que exigem atenção tanto ética quanto normativa.

Ao considerar os arquivos pessoais no cruzamento entre as esferas pública, privada e privativa, é possível avançar para uma compreensão mais conceitual desses acervos. Para Bellotto (2006), eles correspondem a conjuntos documentais acumulados por indivíduos ao longo de suas trajetórias, muitas vezes ligados a experiências profissionais, familiares ou sociais, e são preservados por seu potencial de testemunhar vivências. Esses arquivos podem reunir diferentes tipos de materiais, como registros escritos, imagens, gravações e objetos visuais, frequentemente associados a pessoas que exerceram influência em diferentes campos do saber e da cultura, como a política, a ciência, a literatura ou as artes. Ao serem preservados, tornam-se fontes valiosas para pesquisas e estudos voltados à compreensão histórica e social.

No âmbito dos arquivos privados, Camargo e Goulart (2007) observam que os documentos pessoais frequentemente não trazem informações contextuais explícitas, o que exige cautela no momento de sua organização. Para os autores, o conhecimento da trajetória do titular é indispensável à compreensão dos documentos, que devem ser tratados como conjuntos articulados e interdependentes.

Oliveira (2012, p. 33) define os arquivos pessoais como o “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Nessa mesma linha, Córdula (2025) observa que esses arquivos são compostos por documentos, em diferentes formatos, acumulados e utilizados por indivíduos no decorrer de suas experiências cotidianas, sendo preservados por seu valor permanente, geralmente reconhecido pelo próprio titular. Tais arquivos tendem a refletir diversas dimensões da vida do sujeito, incluindo aspectos profissionais, familiares, afetivos e sociais. Essas dimensões são destacadas por Heymann (2012, p. 74), a qual aponta os arquivos pessoais: “conjunto documentais resultantes de uma série de gestos e práticas,

conformados pelos seus titulares, mas também pelos seus colaboradores, familiares e herdeiros, e disponibilizados por meio de estruturas institucionais que o produzem como fonte”.

Isso permite compreender os arquivos pessoais para além de estruturas organizacionais centradas exclusivamente na lógica administrativa, evidenciando que sua constituição envolve diferentes sujeitos que, de maneira direta ou indireta, participam da construção e da permanência desses acervos ao longo do tempo. Em reflexões anteriores, Heymann (1997) já indicava que a figura do titular exerce papel central na definição dos critérios que orientam a formação do arquivo, funcionando como um ponto de articulação dos sentidos atribuídos aos documentos. Ainda assim, a autora alerta para os limites dessa centralidade, destacando que é inadequado reduzir o arquivo pessoal à simples manifestação da memória individual, pois ele também incorpora influências externas, mediações familiares e institucionais.

A valorização dos arquivos pessoais, nesse cenário, reflete uma transformação no próprio modo como se entende o papel do documento na construção da memória social. Como aponta a literatura recente, a partir do século XX esses arquivos passaram a ser vistos não apenas como repositórios privados, mas como fontes legítimas para a compreensão de dimensões subjetivas da história, influenciando tanto o campo da historiografia quanto a Arquivologia (Campos, 2019). O crescente interesse por experiências individuais e narrativas de vida deslocou o foco dos arquivos institucionais para os acervos pessoais, ampliando o repertório de fontes consideradas relevantes para os estudos históricos e culturais.

Essa mudança gerou, também, questionamentos sobre os critérios adotados para a preservação desses documentos. Camargo (2009) destaca a importância de tratar os arquivos pessoais como conjuntos orgânicos e representativos das atividades de seus titulares, alertando para os riscos de uma curadoria seletiva baseada apenas na notoriedade dos indivíduos ou na aparente importância de certos documentos. Ao defender a preservação integral dos acervos, inclusive daqueles registros considerados banais, a autora chama atenção para a necessidade de conservar os contextos originais de produção e uso, essenciais à interpretação histórica.

Nesse sentido, a atividade arquivística, frente a esses acervos, deve ser pautada por uma escuta atenta à singularidade de cada documento e ao seu papel na trajetória do sujeito, reconhecendo o valor cultural intrínseco desses arquivos, mesmo quando formados fora das instituições tradicionais. Trata-se, portanto, de adotar medidas de preservação que mantenham os vínculos contextuais e simbólicos dos documentos com suas origens.

Essa sensibilidade quanto à preservação e ao tratamento técnico dos arquivos pessoais encontrou respaldo institucional ao longo do século XX. No contexto brasileiro, é possível

identificar o surgimento de iniciativas voltadas especificamente à custódia desses acervos, reconhecendo sua importância histórica e cultural. Campos (2024, p. 2) relata que, no Brasil,

a aquisição de arquivos pessoais remonta à longa tradição das seções de manuscritos das bibliotecas públicas, a exemplo da Biblioteca Nacional, bem como à atuação das academias de letras, dos institutos históricos e das seções de arquivo e documentação dos museus. Com o tempo, na esteira do aquecimento do interesse de pesquisadores afiliados sobretudo ao campo dos estudos históricos e literários pelos documentos acumulados por pessoas, [...] surgiram instituições de custódia especialmente dedicadas a preservá-los, dentre as quais figuram, como pioneiras, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (fundado em 1962), o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa (em 1972) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), no Rio de Janeiro (em 1973).

A incorporação de arquivos pessoais por instituições como arquivos públicos, centros de documentação e de memória tem provocado novos questionamentos para os profissionais da área, sobretudo no que diz respeito às práticas de organização e descrição desses acervos. A heterogeneidade das tipologias documentais, associada a formas particulares de produção e acumulação, desafia os modelos arquivísticos tradicionais e expõe lacunas teóricas e metodológicas ainda pouco enfrentadas no campo.

Como resultado desse cenário, observa-se no Brasil o crescimento de uma literatura especializada que, impulsionada inicialmente por demandas práticas, passa a construir referenciais mais sólidos. Essa produção não apenas propõe alternativas metodológicas para o tratamento desses documentos, como também busca aprofundar a compreensão dos princípios que orientam a formação e o funcionamento dos arquivos pessoais (Campos, 2024).

Nesse sentido, a forma como esses arquivos são constituídos revela outro ponto crucial. Conforme observado por Oliveira (2009), sua produção geralmente não segue padrões normativos ou modelos técnicos previamente definidos. Ainda assim, os documentos que os compõem expressam códigos sociais e referências históricas que são fundamentais para a interpretação do conjunto. Esses elementos possibilitam compreender não apenas os conteúdos registrados, mas também os sujeitos envolvidos em sua criação, recepção ou menção.

Tais códigos tornam-se particularmente evidentes nos arquivos de figuras públicas como artistas, intelectuais e políticos, cujos acervos, em muitos casos, são incorporados a instituições de memória após o reconhecimento social da relevância de suas trajetórias. Esse

processo revela como os critérios de valor atribuídos aos arquivos pessoais estão, frequentemente, associados a mecanismos de legitimação cultural e histórica.

Assim, a valorização dos arquivos pessoais marca uma mudança significativa no campo arquivístico, aproximando-o de questões sociais mais amplas e reconhecendo a diversidade de sujeitos e de narrativas que compõem a história. Nesse processo, amplia-se também a compreensão sobre o papel dos documentos como registros de ações situadas em contextos específicos. Como observam Oliveira, Macêdo e Sobral (2017, p. 24), “os documentos que compõem um arquivo são produzidos para representar ações e funções da entidade que lhes deu origem, e refletem o seu contexto de produção”.

Essa entidade pode assumir diversas formas, como instituições públicas, empresas privadas ou mesmo indivíduos e, em cada caso, os documentos gerados testemunham atividades realizadas, responsabilidades assumidas e momentos vividos. Ao incorporarem essas camadas de sentido, os documentos não apenas servem ao cumprimento de funções administrativas ou legais, mas tornam-se elementos fundamentais para a preservação da memória e para a recuperação de informações em contextos de pesquisa histórica, institucional ou pessoal.

Atualmente, os arquivos pessoais têm despertado crescente interesse no campo acadêmico, especialmente entre pesquisadores das áreas das ciências humanas e sociais, devido ao potencial representativo de seus documentos. Esses acervos são compreendidos como construções socioculturais que oferecem subsídios relevantes tanto para a preservação da memória coletiva quanto para a investigação histórica. Conforme discutido por Oliveira, Macêdo e Sobral (2017), esses documentos expressam não apenas as funções exercidas por seus produtores e interlocutores, mas também aspectos subjetivos e íntimos da vida cotidiana. Por essa razão, os arquivos pessoais revelam múltiplas dimensões da identidade de um indivíduo e contribuem para uma compreensão mais ampla e sensível das experiências humanas registradas.

Diante do que foi exposto, os arquivos pessoais se afirmam como acervos que tensionam as categorias clássicas da Arquivologia e ampliam o campo de atuação da área. Ao reunirem dimensões funcionais e subjetivas da experiência humana, esses arquivos revelam sua potência como fontes de memória, de identidade e de produção social. Reconhecer suas especificidades implica repensar metodologias, critérios de valor e práticas de preservação. Portanto, estudos voltados à compreensão dos arquivos pessoais aprofundam o conhecimento sobre esses acervos e também podem oferecer à Arquivologia meios de refletir sobre si mesma, reconstruindo olhares à luz de novas demandas sociais e culturais da sociedade brasileira.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Com base nos 70 registros identificados na Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB), que incluem trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações, teses e iniciativas vinculadas à prática universitária, como projetos de pesquisa e de extensão, optou-se por agrupá-los sob a denominação “Estudos e Projetos Acadêmicos”. Todos foram voltados à temática dos arquivos pessoais e mapeados conforme o recorte temporal estabelecido na metodologia, abrangendo o período de 1989 a 2024.

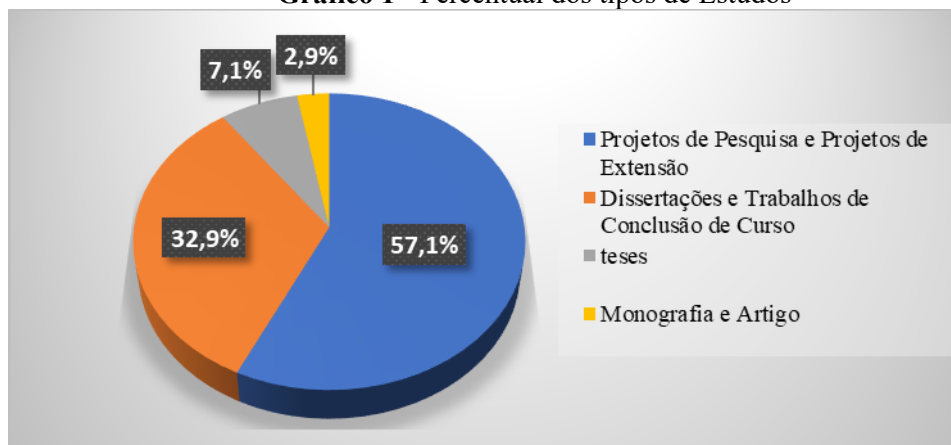
Quadro 1 - Distribuição dos tipos de Estudos e Projetos acadêmicos sobre Arquivos Pessoais indexados na PAB.

Tipo	Quantidade
Projeto de Pesquisa	25
Projeto de extensão	15
Dissertação	12
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	11
Tese	05
Monografia	01
artigo	01
Total	70

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise revela uma predominância de projetos de pesquisa (25) e de extensão (15), indicando o engajamento de docentes e de discentes em iniciativas acadêmicas voltadas à investigação e intervenção prática no campo dos arquivos pessoais. Esses dois tipos de produção somam 40 estudos, correspondendo a 57,1% do total, o que indica que os arquivos pessoais têm sido objeto de reflexão teórica e espaço de atuação junto à sociedade.

As dissertações (12) e os trabalhos de conclusão de curso (11) também se destacam com 32,9%, reforçando o interesse do meio acadêmico em tratar dos arquivos pessoais como tema de investigação. As teses, embora em menor número (5), mas equivalente a 7,1%, apontam para uma produção mais aprofundada e consolidada no campo. A presença de apenas um artigo e uma monografia, que somam 2,9%, sugere uma menor recorrência desses formatos na base em questão, o que pode estar relacionado tanto ao foco da PAB quanto à natureza dos registros disponíveis indexados.

Gráfico 1 - Percentual dos tipos de Estudos

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A segunda análise refere-se à distribuição dos estudos por ano. Os dados revelam uma trajetória desigual ao longo do tempo, com picos de produção concentrados em determinados períodos. O ano de 2018 destacou-se como o de maior incidência, com oito estudos registrados, seguido por 2014, com sete, e pelos anos de 2010 e 2021, com seis estudos cada. Esses picos podem refletir momentos de maior visibilidade e interesse acadêmico pela temática dos arquivos pessoais, possivelmente associados a políticas públicas, eventos científicos ou linhas de fomento específicas que estimularam a produção no campo.

Por outro lado, alguns anos registraram baixa incidência, com apenas 1 estudo, como é o caso de 1989, 1991, 1998, 2011, 2015 e 2020, indicando que a abordagem dos arquivos pessoais era pontual ou menos consolidada nesses períodos. A seguir, apresenta-se a distribuição dos anos agrupados por quantidade de estudos.

Quadro 2 - Distribuição dos Estudos e Projetos acadêmicos Arquivos Pessoais por anos (1989–2024)

Quantidade	Anos
01	1989, 1991, 1998, 2011, 2015, 2020
02	2007, 2019, 2022, 2023
03	2008, 2012
04	2009, 2013, 2024
05	2016, 2017
06	2010, 2021
07	2014

08

2018

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Observa-se, assim, possíveis tendências de crescimento e de estabilização do tema, sobretudo a partir da segunda década dos anos 2000, o que, talvez, pode refletir a ampliação dos cursos de Arquivologia, o fortalecimento das linhas de pesquisa em memória, além do reconhecimento dos arquivos pessoais como fontes para diferentes áreas do conhecimento.

No intuito de identificar os principais centros produtores de estudos sobre arquivos pessoais no Brasil, foi realizado o levantamento das instituições responsáveis pelos estudos incluídos no corpus. O Quadro 3 apresenta a distribuição quantitativa por instituição, permitindo observar a concentração da produção em algumas universidades federais e estaduais.

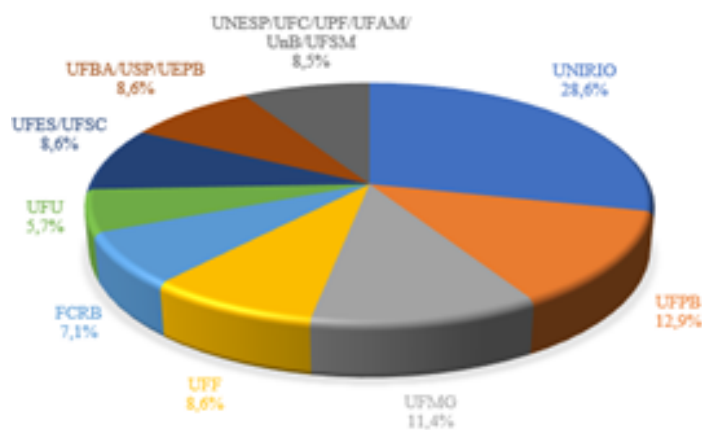
Quadro 3 - Distribuição dos Estudos e Projetos acadêmicos por Instituições de Ensino Superior

Ordem	Sigla	Nome por extenso	Quantidade
01	UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	20
02	UFPB	Universidade Federal da Paraíba	09
03	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	08
04	UFF	Universidade Federal Fluminense	06
05	FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa	05
06	UFU	Universidade Federal de Uberlândia	04
07	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	03
08	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	03
09	UFBA	Universidade Federal da Bahia	02
10	UEPB	Universidade Estadual da Paraíba	02
11	USP	Universidade de São Paulo	02
12	UNESP	Universidade Estadual Paulista	01
13	UFC	Universidade Federal do Ceará	01
14	UPF	Universidade de Passo Fundo	01
15	UFAM	Universidade Federal do Amazonas	01
16	UNB	Universidade de Brasília	01
17	UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	01
		Total	70

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise do Quadro 3 revela uma acentuada concentração da produção acadêmica em poucas instituições. A UNIRIO destaca-se com 20 estudos (28,6%), seguida pela UFPB com 9 (12,9%) e pela UFMG com 8 (11,4%). Juntas, essas três instituições representam 52,9% do total, apresenta uma distribuição assimétrica entre os principais centros produtores. Em um patamar intermediário, encontram-se a UFF (8,6%), FCRB (7,1%) e UFU (5,7%). Outras instituições, como UFES e UFSC, somam 3 estudos cada (8,5%), enquanto UFBA, USP e UEPB contribuem com 2 estudos (8,5%). Instituições como UNESP, UFC, UPF, UFAM, UnB e UFMSM apresentam apenas 1 estudo cada (8,5%), o que indica uma participação pontual.

Gráfico 2 - Percentual dos Estudos por Instituições de Ensino Superior (IES)



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No recorte regional, observa-se que o Sudeste lidera o volume de estudos e atividades científicas, concentrando 58,6% dos estudos, por meio de instituições como UNIRIO, UFF, USP, UFES, UFU e FCRB. O Nordeste ocupa o segundo lugar, com 18,6% das publicações, principalmente associadas à UFPB, UFBA e UEPB. O Sul totaliza 7,1% com UFSC, UFMSM e UPF, enquanto o Centro-Oeste (UnB) e o Norte (UFAM) apresentam participações marginais, com 1,4% cada. Assim, os dados demonstram uma predominância da produção concentrada no eixo Sudeste-Nordeste, com menor expressão nas demais regiões.

Com o intuito de identificar os principais autores que contribuem para a produção acadêmica sobre a temática em questão, organizou-se o Quadro 3 a partir da frequência de incidência dos estudos. Foram destacados, individualmente, os pesquisadores que apresentaram duas ou mais publicações no corpus analisado. Já os demais autores, com apenas

uma contribuição cada, foram agrupados em uma linha única, a fim de evidenciar tanto a concentração quanto a dispersão das produções.

Quadro 4 – Autores com maior incidência nos estudos e atividades acadêmicas

Autor	Quantidade
José Francisco Guelfi Campos	07
Patrícia Ladeira Penna Macêdo	06
Bruno Ferreira Leite	05
Ana Cláudia Cruz Córdula	04
Renato Crivelli Duarte	04
André Malverdes	03
Anna Carla Almeida Mariz	03
Aline Carmes Krüger	03
Lucia Maria Velloso de Oliveira	03
Ana Maria de Almeida Camargo	03
Ana Andréa Vieira de Castro	02
Marcela Virgínia Thimoteo da Silva	02
Joseane Oliveira da Cruz	02
Raphael Bahia do Carmo	02
João Marcus Figueiredo Assis	02
Autores com 01 pesquisa	19

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O Quadro 4 revela uma distribuição concentrando-se em um núcleo restrito de autores que apresentam recorrência nos estudos e nas ações acadêmicas. José Francisco Guelfi Campos, com sete estudos, ocupa posição de destaque, seguido por Patrícia Ladeira Penna Macêdo (6), Bruno Ferreira Leite (5), e outros autores com quatro ou três trabalhos cada. Esse padrão aponta para a consolidação de trajetórias acadêmicas que assumem protagonismo na formação do campo, possivelmente liderando grupos de pesquisa, orientando trabalhos e fomentando abordagens específicas que passam a marcar o debate teórico e metodológico.

Por outro lado, o agrupamento de 19 autores com apenas uma publicação sinaliza a pluralidade de entradas no campo, muitas vezes associadas a pesquisas pontuais, colaborações esporádicas ou inserções iniciais de novos pesquisadores. Esse cenário é importante, pois demonstra abertura temática e interdisciplinaridade, além de possíveis articulações com outros

campos do saber. No entanto, essa diversidade também pode indicar uma fragilidade na consolidação de linhas de pesquisa entre parte desses autores.

Após a etapa bibliométrica, a análise prosseguiu com base nos princípios da Análise de Conteúdo, o que permitiu a identificação de **15 categorias temáticas recorrentes** entre os estudos indexados na Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB). Essas categorias evidenciam os principais eixos de investigação relacionados aos arquivos pessoais. Vale destacar que essas quantificações se referem ao número de vezes que cada categoria foi identificada no *corpus*, e não à quantidade de estudos isolados. Isso significa que um mesmo estudo pode estar associado a múltiplas categorias, refletindo a complexidade temática e a abordagem multidimensional que caracteriza as pesquisas sobre arquivos pessoais.

Quadro 5 – Categorias da Análise de Conteúdo

Ordem	Categoria Temática	Descrição	Ocorrências
01	Arquivos de Homens	Revelam uma forte incidência de pesquisas voltadas às trajetórias de “figuras” masculinas	25
02	Arquivos Pessoais, Memória e Identidade	Estudos que vinculam Arquivos Pessoais, à construção da memória coletiva, individual e institucional	20
03	Práticas Arquivísticas em Arquivos Pessoais	Contempla estudos dedicados à organização, descrição, acesso e difusão dos Arquivos Pessoais	18
04	Arquivos Pessoais e Gêneros Documentais	Faz uso da diversidade dos gêneros documentais nos Arquivos Pessoais, a exemplo de fotografias e recortes de jornais	13
05	Arquivos Pessoais e Teorias Arquivísticas	Debruçam sobre a construção teórica da Arquivologia, especialmente em sua aplicação aos Arquivos Pessoais	06
06	Arquivos Científicos e Arquivos de Instituições de Ensino Superior	Exploram a produção documental relacionada à vida acadêmica, e à preservação da memória institucional	06
07	Políticas e Legislação	Examinam a relação entre os Arquivos Pessoais, e o arcabouço legal Arquivístico	06
08	Militância Social e Ditadura Militar	Investigam os Arquivos Pessoais relacionados à Militância Política, e à repressão durante o período da Ditadura Militar	05
09	Arquivo Pessoal e Patrimônio	São analisados sob a ótica do Patrimônio Cultural, e abordam os processos de Patrimonialização	04

10	Arquivos de Mulheres	Voltados a Arquivos Pessoais de mulheres, apontando para uma sub-representação significativa	04
11	Arquivos Pessoais Nato Digitais	Arquivos produzidos originalmente em meio digital	02
12	Mapeamento de Arquivos Pessoais e de Núcleos Documentais	Investigações que realizam levantamentos de arquivos pessoais e de núcleos documentais	02
13	Arquivos Pessoais e Religião	Ênfase em trajetórias políticas, sociais e espirituais	02
14	Colecionismo	Os estudos se concentram na reflexão sobre os limites entre o Arquivos Pessoais e as coleções	02
15	Arquivos Pessoais e Cinema	A interseção entre Arquivos Pessoais e cinema	02

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Diante desse cenário, a análise qualitativa das quinze categorias identificadas no Quadro 5 revela dinâmicas distintas de visibilidade, fundamentação teórica e desafios práticos no tratamento dos arquivos pessoais no Brasil. A distribuição das quinze categorias permite identificar três grandes frentes de investigação, a partir da PAB. A primeira diz respeito aos sujeitos documentados. Observa-se uma concentração de estudos que se debruçam sobre arquivos de homens (25 ocorrências), enquanto os arquivos de mulheres figuram com apenas quatro registros. Esse desequilíbrio apresenta a reprodução de hierarquias de gênero que historicamente valorizaram trajetórias masculinas e relegaram as experiências femininas a uma posição periférica. Em menor escala, mas igualmente reveladores, surgem os arquivos ligados a militância social, religião e cinema, indicando que, sempre que o recorte temático se afasta dos perfis hegemônicos, a produção bibliográfica torna-se mais rarefeita.

O segundo eixo agrupa as abordagens metodológicas e teóricas. As categorias “Arquivos Pessoais, Memória e Identidade” (20 ocorrências) e “Práticas Arquivísticas em Arquivos Pessoais” (18 ocorrências) demonstram que a reflexão sobre memória individual e coletiva, bem como a adaptação de técnicas de organização, de descrição e de difusão, são preocupações centrais dos pesquisadores. Complementarmente, a presença de uma categoria específica dedicada à teoria arquivística (seis ocorrências) revela um esforço de fundamentar conceitualmente o tratamento desses acervos, embora o número relativamente modesto indique espaço para aprofundar debates sobre princípios, tais como organicidade e proveniência, aplicados a contextos pessoais.

Destaca-se o eixo dos contextos sociopolíticos de preservação. As categorias referentes a políticas e legislação, patrimônio cultural, arquivos natos digitais, mapeamentos e arquivos de instituições de ensino superior apontam para discussões que transcendem a esfera técnica. Elas envolvem decisões de poder, o que preservar, quem custodia, sob quais marcos normativos, e mostram uma Arquivologia cada vez mais atenta a questões de acesso, representatividade e cidadania. A tímida presença de estudos sobre políticas públicas e sobre acervos digitais (duas ocorrências cada) sublinha desafios contemporâneos urgentes: garantir a salvaguarda de memórias pessoais em ambientes digitais voláteis e instituir diretrizes que reconheçam o valor desses arquivos no âmbito das políticas de memória.

Em conjunto, esses três eixos revelam um campo dinâmico, mas ainda marcado por assimetrias de gênero, lacunas temáticas e necessidade de maior articulação entre teoria, prática e políticas de preservação. A transversalidade das categorias sugere que futuros estudos deverão adotar abordagens mais interseccionais, capazes de integrar dimensões técnicas, simbólicas e sociopolíticas, assegurando que a diversidade de experiências humanas registrada nos arquivos pessoais seja contemplada pela Arquivologia brasileira.

5 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este artigo apresentou o panorama dos arquivos pessoais no campo da Arquivologia brasileira entre 1989 e 2024, a partir de 70 registros indexados na Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB). A combinação da análise bibliométrica e da análise de conteúdo de Bardin permitiu identificar os centros produtores, os autores e as tendências temporais e as quinze categorias temáticas que refletem a complexidade dos acervos pessoais, da centralidade da memória e da identidade (20 ocorrências) à emergência dos arquivos natos digitais (2 ocorrências).

Observou-se uma forte concentração de estudos em torno de arquivos relacionados a figuras masculinas (25 ocorrências), enquanto a produção sobre arquivos de mulheres permanece escassa (3 ocorrências), sinalizando lacunas que carecem de atenção futura. Do ponto de vista metodológico, o predomínio de projetos de pesquisa (25) e de extensão (15) revela o caráter exploratório e aplicado da área, ao passo que a menor incidência de teses e artigos acadêmicos aponta para a necessidade de consolidar linhas de investigação mais aprofundadas.

As contribuições confirmam que os arquivos pessoais exigem olhares específicos. A publicização desses acervos, quando transitam do espaço privado para instituições de memória, provoca desafios éticos e normativos, sobretudo na manutenção de seus vínculos contextuais originais. Ademais, o avanço de perspectivas como a Arquivologia Social demonstra o potencial transformador de práticas arquivísticas sensíveis às vozes e memórias tradicionalmente invisibilizadas.

Entre as limitações do estudo, ressalta-se o recorte exclusivo à base PAB, que, embora robusta, pode não abarcar estudos e ações acadêmicas ainda não indexadas. Futuras pesquisas poderiam ampliar a amostra para inclui-las, assim como adotar métodos qualitativos de campo junto a titulares de arquivos pessoais, especialmente mulheres, grupos religiosos e produtores de nato-digitais, para aprofundar a compreensão sobre processos de formação, uso e mediação desses acervos.

Por fim, cabe recomendar que instituições arquivísticas e formuladores de políticas incorporem diretrizes específicas para o tratamento de arquivos pessoais, valorizando sua organicidade e diversidade documental. A formação de profissionais capacitados para dialogar com práticas não institucionais para garantir que esses arquivos, enquanto fontes legítimas de memória social e individual na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 07 maio 2025.

PAB- Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras - PAB. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/pesquisarquivistica/>. Acesso em: 07 maio 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos Arquivos Pessoais**. Brasília: Instituição Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais: um balanço da literatura recente publicada em periódicos brasileiros. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024. DOI: 10.1590/1808-5245.30.138459. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/138459>. Acesso em: 07 maio 2025.

CAMPOS, José Francisco Guelfi (Org.). **Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas** [recurso eletrônico]. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Apresentação. *In*: CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Arquivos privados: abordagens plurais**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DONTHU, N. et al. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 133, p. 285–296, 2021.

DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio. **O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico**. Salvador: Instituto de Ciências da Informação, 2005.

FONSECA, José Jorge de Carvalho. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2041>. Acesso em: 07 maio 2025.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Christiane Maria Wanderley; RAMALHO, Francisca Arruda. Produção científica: um estudo com professores universitários. **Biblionline**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/555>. Acesso em: 07 maio 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **José Simeão Leal: escritos de uma trajetória**, v. 2. 2009. 352 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna; SOBRAL, Camilla Campoi de. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 4, p. 23-33, abr. 2017. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/au/arquivos-pessoais-e-intimidade-da-aquisicao-ao-acesso/>. Acesso em: 07 maio 2025.

PEREIRA, Adriana Arrojado Correia. **O filho bastardo: o arquivo pessoal enquanto problema**. 2017. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Orientador: Renato de Mattos. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9555?locale-attribute=es>. Acesso em: 07 maio 2025.

SILVA, Lorena dos Santos. **Organização de arquivos pessoais: uma análise à luz da teoria e de métodos da arquivologia**. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

TESSITORE, Viviane. Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). **Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas**. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 12-28.